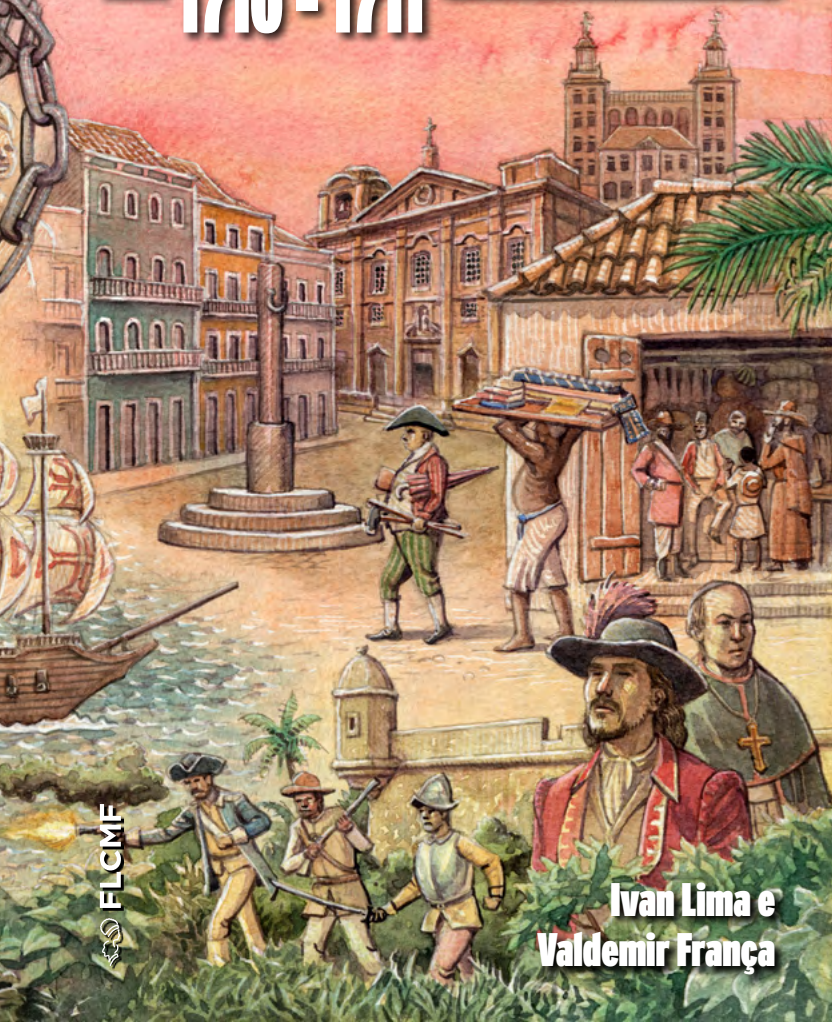


GUERRA DOS MASCATES

— 1710 - 1711 —



FLCMF

Ivan Lima e
Valdemir França

Ivan Lima
Valdemir França

GUERRA DOS MASCATES: 1710 - 1711

Ivan Lima
Valdemir França

GUERRA DOS MASCATES: 1710 - 1711



Texto: **Ivan Lima e
Valdemir França**

Coordenação editorial: **Severino Souto Alves e
Daniel Moraes Angelim**

Capa e Projeto gráfico: **HPDesign
Cesar Habert Paciornik**

Produção editorial: **Severino Souto Alves**

Ilustrações capa e miolo: **Vitor Flynn**

Revisão: **Dafne Melo**

I698g Lima, Ivan

Guerra dos Mascates, 1710-1711 : luta por
liberdade, ontem e hoje / Ivan Lima, Valdemir
França. - São Paulo : Fundação Lauro Campos
e Marielle Franco, 2023.
87 p. : il. - (Rebeliões Populares)

ISBN: 978-65-992729-7-4

1. Brasil - História - Guerra dos Mascates,
1710-1715. 2. Movimentos nativistas I. França,
Valdemir. II. Título. III. Série

CDD: 981.34

SUMÁRIO

Introdução **08**

1 Os donos do poder **11**

2 Pernambuco, a terra do “ouro branco” **18**

3 Recife: de um simples porto
a cidade de Maurícia **31**

4 O grande erro **40**

5 A luta pelo controle político e
jurídico da capitania **50**

6 Recife versus Olinda **62**

7 Guerra dos Mascates, ontem e hoje **78**

Referências **84**

INTRODUÇÃO

Em fins do século XIX, o renomado escritor romântico José de Alencar, publicou um romance de ficção histórica intitulado *A Guerra dos Mascates*. A obra acabou por influenciar as narrativas históricas posteriores à sua publicação, de modo que as tensões registradas na virada do século XVII para o XVIII e que culminaram em conflitos armados entre 1710 e 1711, antes nomeadas como sedições, alterações e levante, ganharam novo status.¹ Ou seja, passaram a ser nomeados como “guerra”, o que nos transmite ideia de algo muito maior e mais duradouro do que realmente foi. Engana-se, no entanto, quem desmerece os fatos registrados no período, pois, independente do número de combates, recursos investidos e tempo de duração, foram de grande importância para a história local e nacional.

A denominação “Guerra dos Mascates”, em função do título do romance de Alencar, passou a ser amplamente utilizada pela historiografia, isto é, pelos que se ocupam de registrar a história. Desta forma, as perturbações ocorridas em Pernambuco naquele período foram rebatizadas

¹ MELLO, 2003.

no momento posterior ao de sua ocorrência. Ainda assim, essa nomenclatura parece capaz de nos reportar ao centro do problema em questão, o antagonismo entre a sociedade tradicional de Olinda, ligada às famílias de fidalgos portugueses, e um novo grupo social surgido no Recife, voltado para o comércio.

Esta singela síntese histórica que nos aventuramos a produzir tenta assumir um papel fundamental no processo de formação histórica e política, principalmente dos mais jovens. Nos arriscamos a fazer tal afirmação em função da constatação de que, infelizmente, os livros didáticos não têm contemplado com profundidade a riqueza do tema em questão. Os relatos, normalmente, aparecem em resumos de meia página, descolados do seu contexto e omitindo personagens importantes. Como consequência a esta desvalorização, temos várias gerações de jovens que passam pelo Ensino Médio sem perceber a importância de fatos históricos como a Guerra dos Mascates.

Para além da simples leitura da “guerra pela guerra”, temos aqui a oportunidade de entender um pouco mais sobre a vida nos tempos do Brasil colônia. Isso vai ajudar a enxergar as raízes de vários problemas que persistem até os nossos dias,

e em razão dos quais nós, inclusive, lutamos organizados em movimentos sociais, ONGs e partidos políticos. Assim, esperamos que este trabalho contribua na ampliação do sentido da luta de cada pessoa que, com coragem, enfrenta as mazelas do nosso tempo. É para isso que estudamos história, para sermos pessoas melhores!

1 - OS DONOS DO PODER

Para entendermos de forma ampla a **Revolta nativista** que ficou conhecida por “Guerra dos Mascates” precisamos, antes de qualquer coisa, direcionar nosso olhar para o que estava acontecendo nas demais regiões da colônia e suas relações com a Capitania de Pernambuco. Isto é, a Guerra dos Mascates, a exemplo de todo fato histórico, não deve ser analisada isoladamente e desconsiderando questões econômicas, sociais, políticas, geográficas e até mesmo religiosas. Sendo assim, nosso ponto de partida será a busca por situar o conflito no tempo e espaço para percebemos que existem inúmeras ligações entre ele e o que estava acontecendo em outras regiões do Brasil.

O termo “**Revolta nativista**” é usado para se referir aos descontentamentos que os habitantes da antiga colônia brasileira manifestavam, de forma violenta, contra alguma decisão tomada pela Coroa Portuguesa. Importante considerar que a Guerra dos Mascates teve também um traço separatista, pois durante a guerra foi proposto o rompimento com Portugal.

A próspera Capitania de Pernambuco era então a “menina dos olhos” da Coroa Portuguesa. Seu solo fértil, o clima quente e ao mesmo tempo úmido, a existência de grandes rios, além da relativa proximidade com Portugal – se compararmos com as faixas de terra mais ao sul – e uma perfeita formação de arrecifes naturais para atracção de embarcações são fatores que explicam o fato dela ter sido bem-sucedida, configurando, juntamente com São Vicente, exceções no fracassado projeto das Capitánias Hereditárias.

Grandes volumes de açúcar eram produzidos nas terras pernambucanas em complexos de produção que conhecemos por engenhos, e embarcados em segurança no porto do Recife para Portugal. Tais engenhos se multiplicaram ao longo de toda a Zona da Mata e, aos poucos, avançaram em direção ao agreste, provocando, diga-se de passagem, o extermínio e expulsão das populações nativas para o interior. A montagem dessas ferramentas para fazer açúcar, cada vez mais distantes do litoral, só foi possível por causa da possibilidade de transportar o produto final pelas hidrovias naturais, os rios, até o porto do Recife.

Todo esse conjunto de características motivaram, mesmo antes da Guerra dos Mascates, certa

desconfiança por parte da elite local. Essa elite, residente em Olinda, era formada por famílias tradicionais que vieram para o Brasil fazer fortuna com a produção do açúcar. Os termos elite local, elite olindense, sociedade açucareira, aristocracia rural ou pernambucana e açucarocracia são alguns dos sinônimos que usaremos ao longo deste trabalho para nos referirmos ao grupo que, até a ocupação holandesa, impedia o desenvolvimento do Recife, considerado, na época, apenas um porto de Olinda.

Os engenhos eram praticamente autossuficientes e concentravam grandes faixas de terra sob seus domínios. Eram e ainda são grandes propriedades voltadas para a monocultura, isto é, o cultivo de um único produto, buscando atender o mercado externo com emprego de força de trabalho escravizada. Tais características ainda podem ser aplicadas a muitos latifúndios dos nossos dias, inclusive o trabalho análogo à escravidão. Foi a partir da instalação desses engenhos que a derrubada da vegetação nativa da Mata Atlântica se ampliou ainda mais, pois sabemos que esse processo foi iniciado antes mesmo da criação das Capitânias Hereditárias, já durante os trinta primeiros anos da colonização, com a extração do Pau Brasil.

O fato é que os engenhos, para além da pro-

dução do açúcar, foram responsáveis pela formação do embrião da aristocracia pernambucana, os ricos exploradores da terra, formada por portugueses, seus descendentes e, obviamente, toda a sorte de mazelas que trouxeram para a antiga colônia. É sobre isso que nos referimos nas aulas de história quando mencionamos a sociedade patriarcal, ou seja, na qual prevalecem as relações de poder e controle dos homens, que habitava esses locais de produção do açúcar. Infelizmente, ainda precisamos discutir essas questões, porque os reflexos da crueldade para com nativos, escravizados, mulheres e toda sorte de grupos que não se encaixam neste modelo patriarcal, comandado por homens brancos e ricos, ainda estão presentes na nossa sociedade.

Essa elite branca, rica, preconceituosa, corrupta e extremamente violenta usou as terras da Capitania de Pernambuco para atender os seus interesses e não estava disposta a perder posições para outros grupos sociais. Não desejava, portanto, perder poder para ninguém e reagia ao menor sinal de ameaça. Ao contrário do que se pode pensar, a elite a que nos referimos era pouco ou quase não letrada, ignorante, além de única e exclusivamente preocupada com a obtenção de lucros cada vez maiores. Em suma,

era (ainda é) uma gente que não encontrava limites para sua ambição, mesmo que isso significasse o extermínio de pessoas.

Aos poucos os engenhos foram entregues a pessoas de confiança, administradores que cuidavam de tudo enquanto os senhores e suas famílias passavam a maior parte do tempo no centro do poder da capitania, Olinda. O convívio social na vila das sete colinas permitia a ostentação de tudo que era acumulado às custas da exploração indiscriminada dos indígenas, africanos e mestiços, e isso não incomodava absolutamente ninguém. Festas com verdadeiros banquetes e muita bebida eram organizadas frequentemente, ou seja, a vida social era agitada e cheia de excessos mascarados, óbvio, pela hipocrisia do falso moralismo. O hábito de frequentar igrejas, ter um santo de devoção, pertencer a irmandades religiosas e financiar a construção de grandes templos também era uma das formas de demonstração de poder e status. Uma cadeia de exploração era normalizada diante do cristianismo deturpado que se praticava na época, ou seja, até mesmo os monumentos erguidos em nome da fé consumiram vidas por meio do trabalho compulsório.

A única preocupação que havia na época,

como ainda hoje, era com a manutenção do status quo, isto é, o “estado das coisas” que, para o bem dessa tosca aristocracia, devia continuar. Isso já explica a preocupação, antes mesmo da ocupação holandesa, com qualquer tentativa de desenvolver o Recife que deveria cumprir apenas uma função estratégica: embarcar o açúcar para Portugal e receber mercadorias e escravizados em segurança. Portanto, para o bem da centralização do poder em Olinda, Recife deveria se manter atrasado.

Toda essa centralização de poderes em Olinda se materializava, principalmente, no Senado da Câmara. Do prédio original, nas proximidades do atual Mercado da Ribeira, restam apenas ruínas que nos ajudam a entender a dinâmica política local e seus mecanismos de proibição à participação política dos recifenses. Impedir a participação política de pessoas que representassem o discriminado grupo dos recifenses era, portanto, uma estratégia para manutenção do poder.

A dominação da elite pernambucana era coberta pela densa camada do patriarcalismo e cristianismo deturpado que eram capazes de esconder uma rede de exploração originária do próprio sistema de colonização português. Portanto, não cabe o discurso romantizado da união de

três raças que, a partir da coexistência pacífica, forjaram nossa sociedade; trata-se de um engano que precisa ser desfeito.

Este padrão social não se restringe apenas a Pernambuco. Ele pode ser encontrado ao longo de toda colônia e, na verdade, nada mais é do que a reprodução de um modelo importado de Portugal. Sendo assim, a ideia de uma nobreza improdutiva, decadente e extravagante nos hábitos de consumo chegou ao Brasil colônia sendo acolhida, perfeitamente, na sociedade em que dominavam os engenhos de açúcar.

Manter o controle do poder, enriquecer cada vez mais e impor seus valores aos que viviam sob seu jugo era a prioridade para os ricos habitantes da colônia. Essa histórica luta de classes entre os que monopolizam o poder e os grupos menos favorecidos é, portanto, o primeiro e mais elementar dos ensinamentos que tentaremos transmitir, principalmente porque esse processo continua existindo nos nossos dias.

2 - PERNAMBUCO, A TERRA DO “OURO BRANCO”

Dois fatores contribuíram de forma decisiva para o desenvolvimento, econômico e político, das terras do Recife e iniciaram o que, a longo prazo, culminou com sua elevação a vila: a ocupação holandesa das terras da Capitania de Pernambuco e, em fins do século XVII, a descoberta das primeiras jazidas de ouro na região que hoje corresponde ao sudeste do país.

A isso se somam, ainda, uma crise no trono português. Dom Sebastião, jovem rei de Portugal, havia falecido em batalha no norte da África, atual Marrocos, deixando para trás um problema na sucessão em seu reino. O rei era muito jovem e, como não tinha filhos, abriu-se uma série de disputas para decidir quem ocuparia o lugar de monarca português e, conseqüentemente, assumiria o controle das colônias, entre elas, o Brasil. Mas o que isso tem a ver com Pernambuco? Tudo, vamos explicar!

Alegando parentesco com o falecido rei, Filipe II, da Espanha, invadiu Portugal e anexou-o ao território espanhol. Este evento ficou conhecido por União Ibérica, já que Portugal e Espanha compõem a península que leva esse nome.

Senhor de dois reinos, Filipe II assumiu o controle de todas as colônias de exploração que Portugal dominava, ou seja, Pernambuco e todo o Brasil estavam no “pacote”. Ocorre que a Holanda, inimiga dos espanhóis desde a guerra por sua emancipação, possuía relações comerciais com Portugal, principalmente na venda do açúcar produzido nas colônias. Filipe II então interrompeu esse comércio, e os holandeses decidiram buscar o açúcar direto na fonte, ou seja, no nordeste do Brasil.

Uma companhia de comércio, a Companhia das Índias Ocidentais (ou WIC, na sigla original), foi criada exclusivamente para ocupar o Brasil, então colônia portuguesa. A primeira tentativa de ocupação holandesa ocorreu em Salvador, antiga capital da colônia (sede do governo geral), e geograficamente importante, por estar aproximadamente no meio, entre o norte e sul do litoral. Daí por diante, a área ocupada seria expandida até atingir a rica região produtora de açúcar, a Capitania de Pernambuco.

No primeiro momento a investida deu certo, mas, nos meses que se seguiram, os holandeses não conseguiram expandir seus domínios em direção ao interior, tampouco pela faixa litorânea. A resistência local passou a utilizar táticas

de guerrilha e, mesmo com arsenal e número de combatentes inferiores, conseguiu expulsar o inimigo no ano seguinte, 1625. Isso, contudo, não implicou em uma derrota definitiva. Os holandeses se reorganizaram e, em 1630, escolheram um novo alvo para atacar: Pernambuco.

A interceptação das correspondências enviadas por Matias de Albuquerque, então governador da capitania, deu acesso a informações privilegiadas acerca da situação das defesas do litoral pernambucano. O cenário não poderia ser mais favorável, uma vez que as informações obtidas, ainda durante a ocupação de Salvador, davam conta de um sistema de defesa deficitário em número de militares e desparelhado em armas e munições, ou seja, incapaz de suportar grandes investidas.

Some-se a isso o fato de que os holandeses, há muito, já dominavam as rotas de navegação e, inclusive, não hesitavam em atacar as desprotegidas embarcações que transportavam açúcar para Portugal, causando incalculáveis prejuízos. O fato é que este forte e insistente inimigo se tornou uma ameaça clara aos negócios de Portugal e Espanha, que, mesmo conseguindo repelir a ocupação holandesa em Salvador, sabiam que uma nova investida, desta vez contra Pernambuco, era só uma questão de tempo.

Apesar dos constantes assaltos contra embarcações carregadas de açúcar que, frequentemente, caíam nas mãos inimigas, a situação na Capitania de Pernambuco seguia próspera. Tal fato nos fornece uma vaga noção do poderio econômico de Pernambuco frente a esse cenário de grandes perdas materiais. Sobre isso, registrou o Frei Manuel Calado:

Era aquela república antes da chegada dos Holandeses, a mais deliciosa, próspera, abundante, e não sei se me adiantarei muito se disser (sic) a mais rica de quantas ultramarinas o Reino de Portugal tem debaixo de sua coroa, e cetro.²

Cabe-nos esclarecer que o termo “república”, no depoimento acima, não pode ser confundido com o significado atual da palavra. Seu emprego, desconexo do conceito original, no entanto, não é capaz de desfazer a realidade de que todo o território da antiga Capitania de Pernambuco e, por óbvio, tudo o que hoje chamamos de Brasil compunham uma colônia de exploração que só seria extinta no século XIX.

A prosperidade constatada em Pernambuco, no momento anterior a Guerra dos Mascates,

² Apud BOXER, 2004, p. 49.

nos ajuda a entender como o Recife ganhou em importância para os planos holandeses. Todo o fluxo de riquezas dos senhores de engenho, que se deleitavam com a boa vida em Olinda, entrava e saía do território da capitania pelo porto do Recife que, sem dúvidas, em caso de ocupação estrangeira, precisava ser controlado.

Se por um lado a prosperidade era notável, por outro, a falta de investimentos em aparatos de segurança tornava crítica a situação, pois o inimigo já tinha conhecimento da vulnerabilidade do litoral. Quando a ameaça holandesa se tornou iminente, Espanha e Portugal esboçaram uma reação, mas o tempo era curto e, mesmo contando com Matias de Albuquerque, mandado de volta para o Brasil, já não era mais possível proteger o litoral em tão pouco tempo.

De volta à colônia, Matias de Albuquerque, agora comandante supremo das quatro capitanias nordestinas (Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande do Norte), tratou de reforçar as defesas do litoral pernambucano. Entretanto, o alvo principal dos holandeses permanecia vulnerável:

Matias de Albuquerque tudo fez para reforçar as defesas locais; verificou porém que muitas delas estavam desmanteladas e que os moradores da terra

se mostravam grandemente apáticos. A princípio dispunha ele apenas de 200 soldados e 650 milicianos; mas conseguiu arrebanhar uns 2000 homens, na sua maioria mal armados e sem nenhum tirocínio. Havia no porto de Recife cinquenta e seis navios mercantes; dezoito foram mandados sem demora para Portugal, completamente carregados de açúcar, enquanto que dezesseis dos trinta e oito restantes foram convertidos em navios de guerra. Tentou construir baterias em algumas das praias mais expostas, mas verificou que lhe faltavam homens e armas para torná-las eficientes.³

A esquadra holandesa surgiu no horizonte em fins da segunda semana de fevereiro de 1630 e, a partir do dia 15, se lançou com toda a força ao ataque. A investida se dividiu em dois pontos específicos, um primeiro atacando diretamente pela entrada do porto do Recife e outro, por terra, seis milhas ao norte de Olinda, na baía de Pau Amarelo.

A tentativa de forçar entrada pelo porto do Recife não foi exitosa. A estreita passagem pelas barreiras naturais de arrecifes e o precário sistema de defesa montado às pressas por Matias de Albuquerque, com destaque para o inacabado forte

3 BOXER, 2004. p. 55.

Diogo Paes, hoje forte do Brum, conseguiram impedir o desembarque e assalto direto ao Recife. Ou seja, por mar o ataque foi refutado, mas esta guerra estava longe de acabar...

Distante do precário sistema de defesa concentrado principalmente na área do porto do Recife, iniciava o mortal ataque contra Olinda. A baía de Pau Amarelo era o local ideal para o desembarque das tropas que imediatamente iniciaram marcha em direção à desguarnecida cidade. O ataque por terra iniciou nas primeiras horas do dia 16 e, ao cair da tarde, Olinda, sede política, administrativa e econômica da Capitania de Pernambuco, já estava sob domínio dos holandeses, que sofreram pouquíssimas baixas.

Não havia mais nada que pudesse ser feito para conter os flamengos que, após dominar Olinda, avançaram contra o Recife. Segundo o historiador Charles Ralph Boxer, “restou a Matias de Albuquerque a atitude desesperada de atear fogo, nas primeiras horas do dia 17, em todos os armazéns de açúcar bem como, nos navios atracados no porto”.⁴ Tal atitude se justifica na tentativa de impedir que o inimigo se apossasse de uma fortuna estimada em 1.600.000 cruzados em cargas de açúcar bruto.

⁴ BOXER, 2004.

Documentos históricos dão conta de uma heroica resistência das fortificações do Recife, entretanto, completamente isolados, sucumbiram em fins de fevereiro. A resistência comandada por Matias de Albuquerque continuou a existir, mas apenas em núcleos específicos no interior do território. O domínio da Companhia das Índias Ocidentais se consolidou progressivamente em Pernambuco, tomando inclusive precauções para evitar que se repetisse o revés sofrido em Salvador.

Esse momento é extremamente importante para entendermos o que ocorreu décadas mais tarde, por ocasião da Guerra dos Mascates. É que, se durante o domínio português tudo era feito para centralizar o poder e as riquezas em Olinda, com a dominação Holandesa, o então porto do Recife e seu entorno assumem uma posição de destaque na capitania. Ou seja, é a partir da consolidação da ocupação holandesa que a história do porto do Recife e seu entorno começa a mudar.

O assalto das tropas holandesas contra Olinda e Recife iniciou uma duríssima sequência de combates que mostrou um relativo equilíbrio de forças. Os portugueses, liderados por Matias de Albuquerque, estruturaram o maior e mais bem aparelhado núcleo da resistência lusa no período. O

lugar, batizado de Arraial do Bom Jesus, era bem guarnecido, em terreno alagadiço de difícil acesso e situado, mais ou menos, na mesma distância entre Recife e Olinda. De lá, partiram várias emboscadas que, aproveitando o conhecimento do terreno, produziam várias baixas no contingente holandês que, mesmo em vantagem numérica, viu-se encurralado nos territórios de Olinda e Recife. O cerco aos holandeses no litoral impediu, no primeiro momento, qualquer tentativa de expansão dos domínios. Havia, portanto, uma ameaça de se repetir a fracassada tentativa de ocupar Salvador, e isso provocou uma “corrida” de ambos os lados para reforçar suas posições na guerra.

A “corrida” dos reinos unificados da Península Ibérica, Portugal e Espanha, para providenciar socorro à resistência era bem mais difícil e, por isso, tardou a chegar. A demora se ampliava ainda mais, pois, após cruzarem o Atlântico, os reforços precisavam desembarcar em áreas distantes para, por terra, transportarem tudo que fosse possível até o alcance das tropas aliadas. Essas arriscadas operações nem sempre eram bem-sucedidas e, muitas vezes, parte ou a totalidade dos equipamentos militares desembarcados era perdida.

Da Holanda também partiam, com mais frequência, provisões e tudo que fosse possível

para garantir o esforço de guerra. Mas, apesar da vantagem conquistada por dominarem a faixa litorânea da capitania, foi feita a opção por abrir mão do já dominado território de Olinda a fim de defender, com todas as forças, o Recife e a Ilha de Antônio Vaz (local que hoje abriga os bairros de Santo Antônio, São José, Cabanga e Ilha Joana Bezerra), territórios que, em função do porto, eram geograficamente mais importantes.

A geografia de Olinda também nos ajuda a entender o motivo que justificou a sua perda de prioridade frente ao Recife. É bem verdade que defender o litoral olindense, repleto de encostas, era bem mais difícil do que defender a planície recifense. Todavia, não podemos desconsiderar que o porto era a principal porta de entrada da capitania, por onde circulava toda riqueza, sendo o Recife, além disso, banhado pelos rios Capibaribe e Beberibe, vias fluviais para escoar a produção açucareira e explorar o interior do território. Havia ainda a necessidade de ocupar regiões que possibilitassem o embarque rápido, em caso de retirada, e os holandeses estavam muito mais habituados ao combate em terras planas, mais parecidas com os Países Baixos. A prioridade pelo Recife, portanto, estava muito bem definida.

O equilíbrio de forças até então instalado deu lugar à vantagem dos holandeses por mérito de um único homem, Domingos Fernandes Calabar, que, não se sabe o motivo, desertou das fileiras da tropa de Matias de Albuquerque para ajudar o inimigo.

Calabar nasceu em Porto Calvo, Alagoas, no ano de 1609 e, por ter sido criado na região, conhecia como ninguém todos os possíveis pontos que favoreciam emboscadas, rotas de fuga e posições militares distribuídas pelo território. Lutou com reconhecido destaque, inicialmente, contra os holandeses, tornando-se, inclusive, homem de confiança do próprio Matias de Albuquerque. Era grande conhecedor das táticas de guerrilha portuguesas e, mesmo com alguma desconfiança por parte dos flamengos, delatou tudo que sabia: posições, número de combatentes, armas disponíveis para defesa e melhores rotas para atacar. Ele próprio passou a guiar as tropas holandesas nas investidas de surpresa, fazendo com que os portugueses provassem do próprio veneno e, aos poucos, abandonassem a resistência.

O diferencial deste único homem interferiu diretamente nos rumos do combate, tornando os holandeses protagonistas. Importantes posições para a continuidade do abastecimento da resis-

tência portuguesa, uma no Norte e outra no Sul, foram tomadas com as orientações de Calabar. Entre essas posições, destacamos a povoação de Igarassu e o forte de Rio Formoso, este conquistado depois da heroica resistência de apenas vinte homens sob comando de Pedro de Albuquerque. Para completar o cenário de vitórias sucessivas dos holandeses temos, em 1635, a conquista do último e mais importante porto para abastecimento da resistência comandada por Matias de Albuquerque, o Cabo de Santo Agostinho.

Com a perda de tantos núcleos importantes da resistência contra o exército holandês, o Arraial do Bom Jesus, principal reduto da resistência portuguesa, estava com os dias contados e, por isso, restou a Matias de Albuquerque a alternativa de bater em retirada em direção a Salvador. Antes disso, ele ordenou a evacuação das terras da capitania e, de passagem por Porto Calvo, ainda conseguiu dar cabo da vida de Calabar, que foi enforcado por traição.

A fuga de Matias de Albuquerque pode ser considerada como o principal marco da consolidação do domínio holandês no nordeste da colônia. Tal fato também pode ser considerado como de fundamental importância na inversão de papéis entre Recife e Olinda, principalmente

a partir do período em que o território foi governado por Maurício de Nassau.

Quando falamos em inversão de papéis, não estamos querendo dizer que isso aconteceu de forma imediata, definitiva e sem qualquer resistência por parte dos olindenses. Ao contrário, a sociedade olindense fez tudo que estava ao seu alcance, chegando inclusive a pegar em armas para evitar que Recife atingisse o protagonismo que, historicamente, lhe pertencia. Mesmo assim, as circunstâncias já desenhavam um crescimento da povoação instalada no porto do Recife e isso, para os olindenses, tornou-se cada vez mais difícil de combater.

3 - RECIFE: DE UM SIMPLES PORTO A CIDADE DE MAURÍCIA

A queda da resistência portuguesa consolidou o domínio da ocupação holandesa em Pernambuco. Faltava, portanto, construir instalações definitivas que possibilitassem a administração das riquezas da capitania, defesa do território e gestão dos demais assuntos de interesse público. O desafio de minimizar a desconfiança e o ódio da população local frente aos holandeses, considerados invasores, também precisava de atenção. Ou seja, havia muito a ser feito e a necessidade de um governo habilidoso era urgente.

O terreno acidentado de Olinda dificultava a montagem de sistemas de defesa eficazes. Além disso, como já mencionamos, os holandeses eram muito mais habituados a planícies, que consideravam ser mais fáceis de guarnecer, e a existência de um porto natural, o porto do Recife, completavam o cenário ideal para transformar o lugar no núcleo da ocupação holandesa em Pernambuco. A opção pelo Recife, inclusive, não era novidade, uma vez que, desde a guerra pela ocupação da capitania, Olinda deixou de ser prioridade. Com a vitória na guerra, a anti-

ga sede que até então monopolizava o poder em Pernambuco vai ser progressivamente esvaziada.

A Companhia das Índias Ocidentais precisava de um governante para o novo reduto holandês no Brasil. Havia muito a ser feito após anos de conflitos “encardidos” pelo domínio da região e, por isso, o jovem mas respeitado Maurício de Nassau, com apenas trinta e dois anos, parecia ser o nome ideal. Assim, o posto de governador-geral da colônia holandesa foi ofertado a Nassau, isto é, ele assumiria o comando político e militar das terras ocupadas. Era, portanto, tudo o que um jovem poderia querer e, percebendo que a oferta era muito vantajosa financeiramente, resolveu aceitar a empreitada.

Nassau desembarcou em Pernambuco no dia 23 de janeiro de 1637 e com ele vieram efetivos militares para reforçar a segurança e, mais tarde, tentar ampliar a área dominada. Artistas e cientistas, pagos pelo próprio Nassau, e funcionários da companhia de comércio completavam a comitiva que se instalou no Recife. Era o início do período mais importante da história do “Brasil holandês” e ponto crucial para entendermos como o Recife, antes resumido à condição de simples porto e povoação de Olinda, se urbanizou e cresceu em impor-

tância, a ponto de pleitear sua elevação à categoria de vila.

A missão inicial do novo comandante era pacificar os poucos focos da resistência portuguesa que ainda restavam. Daí por diante, a ideia era reorganizar a economia local que, dependente da produção açucareira, estava quase que completamente destruída.

Com o fim da resistência, o domínio holandês se consolidou por completo. Nassau, então, implantou seu plano de recuperação econômica, que iniciou pela venda dos engenhos abandonados por portugueses. Este abandono tem como causa principal uma ordem dada por Matias de Albuquerque, antes de fugir da Capitania de Pernambuco, para evacuar as terras frente ao avanço inimigo. Ele foi, inclusive, taxativo ao declarar inimigos todos aqueles que permanecessem em suas propriedades, fato que explica o abandono dos engenhos, posteriormente vendidos por Nassau.

Muitos escravizados também aproveitaram o momento para fugir e, portanto, o saldo desta evacuação e sucateamento dos engenhos era, economicamente, desastroso para os planos dos holandeses. Era preciso agir, e a venda das terras mostrou-se como a melhor solução para lucrar com o reaparelhamento da produção do

açúcar e repasse dos lotes. Mas como fazer para negociar terras em tempos de crise econômica? Parcelando os valores.

A negociação das terras abandonadas foi bem-sucedida e o saldo, inicial, destes negócios foi da ordem de dois milhões de florins, quantia suficiente para implementar melhorias na infraestrutura local. Estavam plantadas as bases para a recuperação econômica da capitania.

Outra medida importante para retomar a economia foi a reativação do lucrativo comércio de escravos no porto do Recife. O objetivo era recuperar a força de trabalho perdida por fugas ou mortes durante a guerra. Nesse período, inclusive, crescia na Serra da Barriga, divisa entre Pernambuco e Alagoas, o quilombo dos Palmares. A área do porto do Recife voltou a ser frequentada por mercadores e clientes em busca de carregamentos com africanos, que eram negociados como escravos para trabalhar, principalmente, na lavoura. No entanto, apesar da reativação do comércio, havia o risco do desabastecimento de alimentos, que foi resolvido por meio da determinação aos colonos para cultivarem lavouras de mandioca.

A política conciliadora foi, no nosso entender, a mais brilhante estratégia para ganhar a confiança dos indígenas, senhores de engenhos,

moradores e comerciantes. Nassau sabia que o maior dos desafios a ser superado era vencer a desconfiança de todos que moravam na capitania, por isso, implementou uma série de medidas voltadas para a busca de aliados. Sendo assim, implementou a garantia da liberdade religiosa que deu tranquilidade aos judeus que viviam do comércio na área portuária, anteriormente forçados a aderir ao cristianismo. Outros judeus de origem portuguesa, refugiados nos Países Baixos, migraram para a colônia holandesa em busca de liberdade para cultuarem sua fé e, como consequência desta liberdade, foi erguida, na Ilha do Recife, a primeira sinagoga das américas, Kahal Zur Israel ou Rocha de Israel, em português. Assim, enquanto Olinda estava praticamente em ruínas, Recife crescia a olhos vistos.

Na ilha de Santo Antônio, Nassau idealizou e ergueu um projeto de cidade que foi batizada com seu nome, Mauristaad ou Cidade de Maurícia. Era o início de um projeto ainda mais ambicioso: fazer em Pernambuco uma réplica fiel de Amsterdã. O entorno do porto do Recife reunia as condições perfeitas para a concretização do projeto e prédios imponentes, incluindo dois palácios, foram projetados para compor o traçado urbano.

O objetivo de Nassau era povoar a Cidade de Maurícia com parte das pessoas que viviam amontoadas na Ilha do Recife. Todavia, apesar dos altos preços dos aluguéis, havia muita resistência em sair do local, núcleo portuário e comercial, por isso, densamente povoado. A razão para tal resistência está na ausência de meios de transporte regulares entre as duas ilhas, tornando a locomoção inviável. Contudo, o crescimento desordenado do comércio e as limitações de espaço, além de outros problemas, como falta de água potável, por exemplo, precisavam ser enfrentados, e a solução encontrada foi a construção de pontes interligando a cidade recém construída ao porto do Recife e ao continente.

O transporte, normalmente feito em pequenas embarcações a remo, era precário e inexistente em grande escala. Era impossível, portanto, imaginar a possibilidade de pessoas circulando cotidianamente entre suas casas e comércios, situados na cidade de Maurícia, e o porto do Recife. Mulheres, crianças e cargas também não poderiam ser transportadas com segurança, e isso ameaçava o projeto povoador da cidade criada por Nassau. A ideia de construir pontes ligando as ilhas do porto do Recife e de Santo Antônio, onde a cidade de Maurícia foi erguida, ao con-

tinente foi uma solução permanente para o problema, pois outras pontes ligam áreas da cidade até hoje.

Isso não significa dizer que o transporte fluvial, pelos rios, foi abandonado. Ao contrário, sua existência ajuda a justificar o fato de Recife ser conhecida por “Veneza brasileira”. Em tempos de trânsito caótico e altos índices de poluição, discutir, seriamente, o uso das vias fluviais como transporte em cidades como o Recife se faz necessário e urgente.

A inauguração da ponte ocorreu em 28 de fevereiro de 1644, às vésperas do retorno de Nassau para a Europa. Esse episódio marcou o imaginário popular, pois o astuto governador prometeu que faria um boi voar na ocasião e, com isso, atraiu a atenção dos moradores para o empreendimento, arrecadando, por sua vez, cerca de 1800 florins com pedágios. A farsa do voo do boi de propriedade do senhor Melchior, contudo, se resumiu a um pedaço de couro de um animal parecido que desfilou por “sobre as cabeças” da população, amarrado em um sistema de cordas e roldanas.⁵ O episódio do boi voador, até os dias atuais, é reproduzido de diversas maneiras pela população recifense, prin-

5 CAVALCANTI, 2012.

principalmente em tempos carnavalescos.

É importante esclarecer que a área do Recife à época estava resumida à Ilha do Recife, isto é, à zona portuária dominada, antes da ocupação holandesa, por Olinda, local que também conhecemos nos dias de hoje por Recife Antigo. A atual proporção territorial do município é resultado de um processo histórico que não pode ser resumido “apenas” ao período de desenvolvimento do Brasil holandês. Mas, por outro lado, não podemos negar que a primeira ação concreta buscando a integração da Ilha do Recife às faixas de terra que, tempos depois, se tornaram bairros da capital pernambucana foi, indiscutivelmente, iniciativa do Conde Maurício de Nassau. Portanto, a “simples” construção de, inicialmente, duas pontes pode ser considerada um marco da ocupação efetiva dos arredores do porto, ampliação das atividades comerciais e, óbvio, urbanização da região. Nessa linha de raciocínio, percebemos também o surgimento de uma nova sociedade que, mais tarde, vai rivalizar com Olinda pelo protagonismo nas terras da Capitania de Pernambuco. Tal sociedade apresenta-se muito mais diversificada em suas origens e dedicada, por natureza, ao comércio.

Esse conjunto de medidas nos ajuda a entender,

mais profundamente, a intenção holandesa de urbanizar a colônia. No entanto, não se pode utilizar as ações de infraestrutura, tolerância religiosa e recuperação econômica para atestarmos que, caso houvesse ocorrido uma ocupação definitiva dos holandeses, o Nordeste ou mesmo o Brasil seriam mais desenvolvidos em comparação ao que somos hoje. Os métodos eram diferentes, em parte pela iniciativa individual de Nassau, mas os fins seguiam o mesmo roteiro, ou seja, a exploração econômica, o domínio da população nativa e a escravidão eram traços comuns na colonização promovida tanto por Portugal quanto pela Holanda.

4 - O GRANDE ERRO

O espírito visionário de Nassau incomodava e, de certa maneira, atrapalhava as ambições da Companhia das Índias Ocidentais que, sedenta por lucros, não via com bons olhos os empreendimentos encabeçados por ele. Além disso, a companhia vivia uma crise econômica e desejava acelerar o processo de retorno do que foi investido para minimizar suas perdas. Em contrapartida a essa situação, Nassau concedeu linhas de crédito para a recuperação da produção açucareira danificada por anos de guerra, para a compra de escravos e ainda vendeu a crédito, isto é, parcelado, muitos dos engenhos que foram abandonados na evacuação da capitania por ordem de Matias de Albuquerque. Esses valores tardaram a retornar, e essa demora deu lugar a desconfianças acerca da competência e honestidade do governante do Brasil holandês.

O desgaste da relação entre ambas as partes findou por provocar o desligamento de Nassau das funções que ocupava e seu retorno para Europa. Todavia, com isso, um fato de grande importância para a manutenção do domínio holandês foi ignorado, pois a política conciliadora, mar-

ca do governo até então, evitava a existência de conspirações e revoltas. Ignorar este fato, ao que nos parece, foi um erro que custou à Holanda a perda das terras conquistadas em Pernambuco e mantidas por mais de duas décadas.

Sem a figura de Maurício de Nassau, pouco a pouco, as garantias de paz deixaram de existir e um clima de revolta começou a pairar no ar. Os senhores de engenho deviam muito à companhia de comércio holandesa que, em crise financeira, cobrava imediato pagamento de todos os débitos contraídos na gestão anterior, inclusive com juros considerados abusivos. Baixas no preço do açúcar e sucessivas colheitas prejudicadas por secas completaram o cenário de caos. O medo de perder seus bens tomou conta dos devedores que, sem alternativa, passaram a desejar o fim do domínio holandês.

Outro fator importante para entendermos o que ocorreu no período está na restauração do trono português que, desde 1580, esteve sob domínio da Espanha. O fim da União Ibérica permitiu a ascensão da dinastia de Bragança e a coroação do Rei Dom João IV. Embora a restauração do trono português tenha ocorrido com o auxílio das províncias unidas de Frísia, Groninga, Gueldres, Holanda, Overissel, Utreque e Zelândia, a restauração portuguesa reacendeu a

disputa pelo domínio de uma das porções mais ricas da colônia de além-mar, Pernambuco.

Fica claro portanto, que a subida de Dom João IV ao trono de Portugal e, principalmente, o erro de romper com a política conciliadora, marca do governo Nassau, estimularam o surgimento de conspirações que rapidamente se transformaram em revoltas contra o domínio holandês.

Em 15 de maio de 1645, o conflito iniciou em pontos estratégicos da capitania utilizando, principalmente, táticas de guerrilha. A primeira grande vitória dos insurgentes ocorreu ao sul do território, quando os holandeses se renderam na fortaleza de Nazaré, cabo de Santo Agostinho. Essa conquista foi de extrema importância, pois era necessário dominar uma faixa litorânea segura o suficiente para ser utilizada como porto.

No início de agosto, João Fernandes Vieira e Dias Cardoso enfrentaram um batalhão de 1500 soldados na batalha do Monte das Tabocas, atualmente Vitória de Santo Antão. Os combatentes comandados pelo Coronel Hendrik Van Haus sofreram pesadas baixas promovidas por uma sequência de emboscadas que foram cuidadosamente montadas na subida do monte, em meio a um espesso bambuzal, daí o nome Tabocas. Além das baixas produzidas, os holandeses,

ao bater em retirada, deixaram pelo caminho equipamentos, armas e munições que ajudaram a equipar o despreparado contingente rebelde.

Ainda em 1645, a batalha de Casa Forte fez prisioneiros um número expressivo de oficiais holandeses. Este revés inclusive provocou uma rápida reorganização das defesas nos arredores do Recife, pois, daí em diante, cresceu o temor de uma invasão ao centro das terras dominadas, o porto do Recife e a cidade de Maurícia.

Um episódio pouco conhecido, mas de extrema importância, sobretudo pela necessidade de assegurarmos o devido lugar das mulheres na história, foi o da Batalha de Tejucupapo, hoje um distrito da cidade pernambucana de Goiana. O confronto aconteceu quando um contingente de holandeses saiu de Itamaracá para, em busca de alimentos, saquear a pequena povoação de São Lourenço de Tejucupapo. No minúsculo lugar, com cerca de quinhentos habitantes, quase não havia homens, pois os que não estavam envolvidos na guerra tinham partido para tentar vender o que era produzido e pescado na vila.

Famintos, mas bem armados, os holandeses partiram para ofensiva contra a comunidade que, até então, parecia um alvo fácil. Enquanto se deslocavam, as mulheres de Tejucupapo, Ma-

ria Camarão, Maria Quitéria, Maria Clara e Joaquina, organizaram uma defensiva improvisada para conter o avanço inimigo. Panelas com água fervente e pimentas trituradas em pilões foram as principais armas usadas para atingir, principalmente, os olhos dos inimigos.

O confronto durou um dia todo, durante o qual a fé católica motivou as combatentes contra as “forças dos hereges” protestantes. Maria Quitéria inclusive combatia com um crucifixo em punho, à frente da tropa de mulheres, e entoando orações para os santos mártires, Cosme e Damião. A resistência improvisada surpreendeu os holandeses que, atordoados, recuaram para o mato. Contudo, voltaram a atacar e, desta vez, mataram algumas guerreiras. Porém, mesmo sofrendo baixas, a resistência continuava sem dar sinais de rendição e isso obrigou os holandeses a bater em retirada depois de um dia inteiro de combates.

Conflitos de menor proporção marcaram os combates nos dois anos seguintes, tendo em vista que as baixas sofridas pelos holandeses forçaram nova defensiva para reunir forças. Ocorre que a fortaleza de Nazaré, dominada pelos portugueses, tornou-se uma “porta aberta” para armas, munições e equipamentos, ou seja, era um

problema para os holandeses que, até então, se valiam da superioridade bélica. Valendo-se de um efetivo superior a sete mil homens, o coronel Sigismund Von Schkopp partiu em busca de retomar a fortaleza perdida, mas, para isso, ele precisava transpor os Montes Guararapes. Ao chegar na região dos montes, o exército flamengo se deparou com um contingente de pouco mais de dois mil homens e uma grande batalha voltou a acontecer entre os dias 18 e 19 de abril de 1648.

As tropas partiram do Arraial Novo do Bom Jesus decididas a barrar o avanço holandês em direção ao sul. O nome da localidade não é casual, pois faz referência ao antigo núcleo da resistência portuguesa comandado por Matias de Albuquerque. As ruínas do que foi a fortificação ainda resistem ao tempo e estão situadas na chamada Avenida do Forte, local onde existe hoje uma área de lazer.

Usando táticas de guerrilha, os resistentes conseguiram atrair os holandeses, muito mais numerosos e bem armados, para as áreas mais acidentadas, locais que, por sua geografia, dificultavam a campanha inimiga. A batalha foi proveitosa para os luso-brasileiros que, mesmo numericamente inferiores, conseguiram fazer recuar os holandeses. Vidal de Negreiros, Fernandes Vieira, Filipe Camarão, Henrique Dias, Barreto de Menezes e

Dias Cardoso comandaram frações do exército luso brasileiro nesta campanha.

O “palco” dos Montes Guararapes ainda abrigou uma nova e decisiva batalha no ano seguinte, 1649, encerrada com novo triunfo dos luso-brasileiros. O fim da presença holandesa em Pernambuco estava próximo, mas só foi oficializado em 1654. Encurralados na região conhecida por Campina do Taborda, imediações do atual Cais José Estelita, não restou outra alternativa para os flamengos, que assinaram a rendição e puderam se retirar em segurança.

Um acordo definitivo entre Portugal e Holanda foi assinado no dia 06 de agosto de 1661, em Haia, por mediação conduzida pela Inglaterra.

O abandono da política conciliadora de Nassau, portanto, foi um grande erro que custou a permanência do domínio da Companhia das Índias Ocidentais em Pernambuco. No entanto, os vinte e quatro anos de permanência na colônia, principalmente o período do governo Nassau, iniciaram uma nova fase na história local, em que o Recife surge como protagonista.

Como podemos perceber, o roteiro da batalha esteve focado, quase que totalmente, na ruptura das linhas de defesa holandesas em torno da Ilha do Recife e Ilha de Antônio Vaz,

locais que abrigavam o porto e a cidade de Maurícia. Nesse sentido, fica evidente a visão de que, durante a ocupação holandesa, houve uma inversão no que se refere ao centro político, administrativo e financeiro da capitania. Tal inversão, apesar de desfeita, em parte, com a volta do domínio lusitano, vai ser mais que suficiente para fazer surgir um movimento pela emancipação do Recife, isto é, por sua elevação à categoria de vila.

É muito comum observarmos, nos dias atuais, narrativas voltadas para a exaltação dos líderes da guerra pela restauração pernambucana do domínio holandês. Essas sínteses históricas, feitas a partir de um único olhar, no entanto, ignoram o fato de que o conflito iniciou, principalmente, por questões econômicas, quais sejam, a cobrança das dívidas atrasadas, contraídas no governo Nassau, motivando assim os líderes a unir forças contra aqueles que se tornaram inimigos comuns. Alguns desses líderes, inclusive, chegaram a tolerar a presença holandesa por longos períodos, e só restituíram-lhes a condição de inimigos quando lhes foi conveniente. Portanto, a narrativa de união das três raças contra o invasor estrangeiro é romântica e equivocada, por isso, deve ser evitada.

Os anos que se seguiram à restauração pernambucana ao domínio português foram decisivos para a continuidade da ascensão do Recife em detrimento de Olinda. É bem verdade que houve tentativas de recuperar o protagonismo olindense de antes da ocupação holandesa, mas o novo contexto econômico jamais permitiu que isso ocorresse por completo.

Após uma nova guerra, os engenhos estavam outra vez sucateados e carentes de trabalhadores. Variações internacionais no preço do açúcar e colheitas insatisfatórias completavam o cenário de crise. Os senhores de engenho, acostumados à vida de ostentação em suas luxuosas casas de Olinda, estavam diante de uma nova realidade em que a atividade comercial do Recife crescia, ao passo que seus negócios despencavam.

Durante as mais de duas décadas de ocupação, os holandeses dominaram o processo de produção, refino e distribuição do açúcar nos mercados europeus. Com a derrota para os luso-brasileiros e consequente expulsão das terras da Capitania de Pernambuco, os flamengos passaram a produzir açúcar nas suas colônias das Antilhas, que apresentavam condições parecidas com o nordeste da colônia brasileira para a produção do açú-

car. Ou seja, passaram a dominar todas as etapas da produção açucareira.

O açúcar antilhano passou à condição de rival do brasileiro, chegando inclusive a impor uma queda de cerca de 50% no preço do produto. Esses valores não eram suficientes para cobrir os custos de produção que, nas Antilhas, eram ainda mais baixos, em função do aperfeiçoamento dos engenhos lá instalados. Estava completo o cenário de crise.

Apesar de ter cometido um erro com a interrupção da política conciliadora de Nassau e consequente perda dos domínios no nordeste do Brasil, a Companhia das Índias Ocidentais conseguiu seguir ganhando vultuosas quantias com a produção do açúcar. Além disso, foi peça fundamental na crise da produção açucareira no Brasil e ruína dos senhores de engenho de Pernambuco.

5 - A LUTA PELO CONTROLE POLÍTICO E JURÍDICO DA CAPITANIA

A perda do poder político de Olinda foi uma das principais consequências do domínio holandês, que se completou com a chegada de Maurício de Nassau. Dentre as reformas na estrutura do governo implementadas na época, estão a criação das Câmaras dos Escabinos, em substituição à Câmara de Olinda – Senado da Câmara. Esse novo modelo descentralizava o poder político, monopolizado pelos senhores de engenho, pois permitia, por exemplo, a participação de comerciantes em seu conselho, novidade que também foi implantada em outras vilas.

Permitir a participação de pessoas que não pertenciam ao grupo dos ricos senhores de engenho significava, para além da representatividade, uma ameaça à continuidade do domínio olindense na capitania. Recuperar o antigo sistema de controle político tornou-se uma prioridade para os olindenses, mas era preciso agir no melhor momento.

Inicialmente, Olinda continuou como capital e sua Câmara Municipal, embora enfraquecida com a mudança do conselho político para o Re-

cife, conservava funções legislativas e judiciárias. Todavia, essa situação durou pouco, pois, em 1638, a Câmara de Olinda foi transferida para o entorno do porto do Recife, cidade de Maurícia, sob protestos dos olindenses, que perderam o status de capital. A argumentação usada para justificar a transferência voltava-se para o número de habitantes que, nesta altura dos acontecimentos, já era superior no porto do Recife e seu entorno. Houve ainda protestos junto à Holanda, mas uma nova decisão favoreceu o Recife, fazendo do episódio um marco do crescimento da rivalidade entre olindenses e recifenses que vai “explodir” na Guerra dos Mascates.

Com o fim do governo Nassau e posterior expulsão dos holandeses, todos os atos anteriores foram revogados, ou seja, o Conselho Político Holandês e a Câmara dos Escabinos foram dissolvidos. Assim, o modelo político português foi restabelecido e, por parte dos olindenses, significava o primeiro passo para tentar recuperar o poder perdido.

Assim, apesar do protagonismo assumido por Recife, em função do seu próspero comércio, politicamente falando, o controle voltou para as mãos dos olindenses. A transferência se deu por decisão do então governador, André Vidal de Negreiros, que contrariando o governo geral e a

própria coroa, transferiu a Câmara instalada no Recife de volta para Olinda.

Houve, além disso, a preocupação em evitar que recifenses se fizessem representar na sede do poder instituído novamente em Olinda. Tal preocupação, obviamente, se refere a questões econômicas, mas não podemos desconsiderar também o fato de os comerciantes recifenses, em sua maioria judeus, cristãos novos ou protestantes, serem de origens diferentes dos portugueses. Isso alimentava discriminações étnicas por parte dos senhores de engenho de Olinda, que ostentavam com orgulho seu culto católico e origens fidalgas, isto é, provenientes de importantes famílias portuguesas. O impasse alimentou o ódio por anos, no entanto, havia algo mais urgente a ser resolvido, a destruição do Quilombo dos Palmares.

A Guerra dos Palmares foi uma longa e penosa campanha conduzida por ordem da Coroa Portuguesa para acabar, definitivamente, com o núcleo social rebelde estruturado na Capitania de Pernambuco por escravos fugidos.

O objetivo do Quilombo dos Palmares – bem como, aliás, de todos os quilombos –, era estabelecer uma sociedade fora dos domínios dos senhores de engenho, que submetiam os africanos e seus descendentes ao trabalho escravo. Isso, por

si só, já constituía uma ameaça para a economia local, que era movimentada pelo sangue e suor dos cativos. Ao saberem da existência do quilombo, muitos escravizados investiam em fugas que, quando bem-sucedidas, fortaleciam esse núcleo de resistência que, inclusive, chegou a ter cerca de vinte mil habitantes.

Registros históricos apontam para expedições contra Palmares no intervalo de décadas, desde antes da ocupação holandesa até o final do século XVII. Em meados do século XVII, no entanto, a comunidade viveu a sua fase de maior crescimento e importância, a qual também coincide com o maior número de expedições para tentar eliminá-la. As guerras pelo domínio da capitania possibilitaram a fuga de grande número de escravos e isso potencializou, ainda mais, as comunidades de Palmares.

Também os holandeses tentaram investir contra Palmares entre 1644 e 1645, sem sucesso. A fama do quilombo crescia e alimentava, cada vez mais, o desejo de outros escravos por se livrarem do sofrimento a que eram submetidos para viver uma nova vida longe dos maus tratos e do trabalho compulsório. A cada expedição fracassada, aumentava a pressão por descobrir formas para conter o avanço incontrolável do quilombo

que, inclusive, já mantinha algumas relações comerciais nas localidades vizinhas. Os esforços das autoridades de Pernambuco para, militarmente, destruir Palmares pareciam inúteis, e os recursos obtidos por meio de impostos extras já não eram suficientes. Era necessária outra abordagem.

Convencidos de que o combate direto não era, ao menos naquele momento, o caminho ideal, a saída foi propor, em 1678, um acordo de paz. Palmares ainda era liderado por Ganga Zumba que aceitou os termos do acordo – devolver os escravos fugidos, exceto os nascidos no Quilombo, para obter alforria e terras de Portugal. A proposta revoltou Zumbi, Dandara e, óbvio, os escravos fugidos que arriscaram suas vidas para morar no Quilombo. Ganga Zumba terminou por ser envenenado, e Zumbi ascendeu ao posto de líder de todas as comunidades que formavam o núcleo de resistência contra a escravidão. A guerra, assim, toma proporções muito maiores.

Nascido no Reino do Congo, aproximadamente em 1630 e falecido na Capitania de Pernambuco em 1678. Era filho da Princesa Aqualtune e assim como ela, foi aprisionado e vendido como escravo. Conseguiu fugir da fazenda em que era cativo e chegando a Palmares, unificou as comunidades do Quilombo sob sua liderança que durou até sua morte.



João da Cunha Souto Maior, então governador de Pernambuco, quase sem opções para seguir lutando, requereu auxílio ao mercenário bandeirante Domingos Jorge Velho para eliminar Palmares definitivamente. Em troca de ganhos em terras, escravos e financeiros, Jorge Velho se lançou em combate contra o Quilombo comandando cerca de nove mil homens. O cerco inicial durou vinte e dois dias e terminou com a destruição da capital do quilombo. Dandara, principal liderança feminina da resistência, preferiu a morte que a volta à escravidão. Todavia, a queda do principal reduto de Palmares e o suicídio de Dandara não findaram o conflito, pois Zumbi dos Palmares permanecia vivo. Sua morte data de 20 de novembro de 1695, um ano depois, dia em que, após muitas lutas dos movimentos negros, foi transformado em dia da consciência negra.

Além da tropa de Domingos Jorge Velho, outro nome importante participou da derrubada de Palmares, Bernardo Vieira de Melo que também participou ativamente da Guerra dos Mascates.

Zumbi dos Palmares nasceu em 1655, no atual Estado de Alagoas. Assumiu a liderança de Palmares com a morte de Ganga Zumba e tornou-se o maior ícone da resistência negra contra a escravidão. Dandara, liderança militar do quilombo e esposa de Zumbi.



Os portugueses venceram a resistência de Palmares, mas para além das celebrações, restou o endividamento e crise econômica, agravada significativamente, com o que veremos a seguir.

O já mencionado período da União Ibérica também influenciou na dimensão geográfica da colônia. Isso ocorreu porque a linha demarcatória dos limites territoriais das colônias Portuguesa e Espanhola (Tratado de Tordesilhas⁶), foi ignorado neste período estimulando assim, várias expedições que partiam do litoral para explorar o interior.

Tais expedições, conhecidas por entradas e bandeiras, pouco a pouco foram desbravando os sertões, para além de Tordesilhas em busca de escravos fugidos, captura de indígenas para vender como escravos e pedras preciosas. Por isso, temos hoje um país de dimensões continentais, pois os limites estabelecidos por Tordesilhas não foram respeitados, provocando com isso, a penetração dessas expedições no interior da antiga colônia brasileira. Todavia, o que influenciou diretamente no agravamento da crise do açúcar, foi a descoberta de jazidas

⁶ Trata-se de um acordo assinado entre os reinos de Portugal e Espanha, em 7 de junho de 1494, na cidade de Tordesilhas – Espanha. O documento definiu o perímetro de exploração entre ambos os reinos em 370 léguas, a partir de Cabo Verde, a Oeste para a Espanha e a Leste para Portugal.

de ouro na região das minas gerais, hoje Estado de Minas Gerais.

As descobertas das primeiras jazidas datam do final do século XVII, a partir de 1695, e provocou uma grande “corrida”⁷ do ouro para a região. Tal corrida inclusive, motivou uma guerra na região aurífera que ficou conhecida por “Guerra dos Emboadas”. Este conflito opôs os bandeirantes, descobridores da jazidas de ouro, dos emboabas (forasteiros) que, ao tomar conhecimento da descoberta partiram imediatamente para o lugar com o objetivo, óbvio, de explorar todo ouro que fosse possível encontrar.

Todos os olhares voltaram-se para as áreas produtoras de ouro e os esforços para direcionar os poucos recursos disponíveis também. A densidade demográfica, quantidade de habitantes por quilômetros quadrados, cresceu rapidamente na região mineradora e vilas surgiram para abrigar luxuosamente a ascendente elite proprietária das jazidas, isto é, donos de terras que exploravam o trabalho escravo e enriquecia rapidamente com a extração do ouro. Portanto, o açúcar, “ouro branco” do passado, perdia ainda mais espaço

⁷ A descoberta do ouro provocou um rápido movimento de migração para as regiões mineradoras. Pessoas de toda parte da colônia e até de Portugal seguiram, o mais rápido possível, para a região com o objetivo de garantir áreas de exploração nas melhores jazidas.

para outra atividade econômica.

Mantimentos, escravos e tudo que pudesse ser comercializado era, prioritariamente, encaminhado para as Minas Gerais, isso prejudicava o abastecimento e elevava o preço das mercadorias nas demais regiões da colônia. Manter um engenho produzindo açúcar neste contexto, ficava cada vez mais difícil e a elite açucareira da Capitania de Pernambuco ficava a cada dia mais decadente.

Enquanto a atividade açucareira declinava, os novos ricos do porto do Recife e seu entorno prosperavam. O contexto econômico, de certa maneira, favoreceu ainda mais os comerciantes que, para se defender da carestia dos produtos e escravos que vendiam, aumentavam as suas margens de lucro. Nesta linha de raciocínio, temos a confirmação do processo de inversão das atividades econômicas na capitania, ou seja, a produção e comercialização do açúcar já não era mais a atividade principal, perdeu sua posição de destaque para o comércio variado e totalmente controlado pelos que habitavam na região do porto do Recife.

Por tudo que foi dito anteriormente, fica claro que a Guerra dos Mascates não é fruto do acaso, tampouco ocorreu isolada. Na verdade, ela reúne uma série de informações que relacionam a então Capitania de Pernambuco com o que es-

tava acontecendo nas demais região da colônia e, além disso, com decisões tomadas em Portugal, Espanha e Holanda. Compreendida esta questão, vamos caminhar em direção da guerra propriamente dita.

6 - RECIFE VERSUS OLINDA

O processo de desenvolvimento urbano e econômico do Recife, como descrevemos anteriormente, atraiu vários imigrantes estrangeiros, quase todos de famílias não nobres e humildes. A maioria dos que se aventuravam a viver longe da metrópole, nas terras de Pernambuco, possuíam um mesmo objetivo: mascatear, ou seja, viver do comércio e com ele fazer fortuna.⁸ Esta próspera atividade, com a qual o Recife se identifica naturalmente, contribuiu com a formação de uma elite comercial, urbana, que reivindicava o reconhecimento de alguns direitos. Por outro lado, as famílias olindenses, tradicionais, acostumadas à ostentação orgulhosa das origens fidalgas, mas decadentes, nunca aceitaram bem a ideia de ter em sua vizinhança pessoas sem boas origens, cristãos novos e judeus. Essa rivalidade, potencializada com a ocupação holandesa, contudo, ficou em segundo plano durante a campanha para destruir o Quilombo dos Palmares, mas com o desfecho trágico do conflito, ressurgiu com toda a energia.

8 MELLO, 2003.

O resultado dos anos passados em guerra, somados à crise do açúcar, dificultavam o restabelecimento econômico local. Recife, ainda que com alguma dificuldade, se sobressaía em comparação aos moradores de Olinda, que tentavam a todo custo manter seus privilégios por se considerarem os legítimos libertadores da capitania dos invasores holandeses.

A situação econômica agravou-se, ainda mais, em função de frequentes eventos climáticos que prejudicaram a agricultura nos primeiros anos do século XVIII e se prolongaram até o início do conflito. Períodos de secas prolongadas se revezavam com épocas de enchentes incontroláveis e isso, mesmo nos dias atuais, dificulta a produção agrícola. Tal situação contribuiu para o endividamento, ainda maior, dos senhores de engenho de Olinda junto aos comerciantes, o que animou os recifenses a pleitear posições de destaque, representação política e, inclusive, a própria elevação do território à categoria de vila. Não fazia sentido, para os recifenses, seguirem dependentes de Olinda, pagando tributos, quando eles já possuíam mais riquezas, habitantes e controlavam o porto, única via de transporte de pessoas e cargas à época.

Apesar de mais ricos e credores dos olindenses, os comerciantes do Recife não eram bem acei-

tos entre os que compunham as famílias tradicionais. Havia, como nas monarquias europeias, um senso comum quanto às origens dos indivíduos que possuíam mais ou menos prestígios a partir do sobrenome que carregavam e isso, apesar da delicada situação econômica, motivava os olindenses a seguir mantendo as aparências. Ou seja, seguiam evitando os mascates do Recife publicamente, embora, “secretamente”, lhes desvessem grandes quantias. Tal fato alimentou, ainda mais, a rivalidade que pairava no ar.

Nesse contexto de rivalidades, outro fato curioso que permanece, até os dias atuais, no imaginário popular, merece ser mencionado. Trata-se da expressão “pé-rapado” ou “pés-rapados”, que era o modo como os recifenses se referiam aos olindenses decadentes e, durante a guerra, aos seus exércitos, compostos, em sua maioria, por trabalhadores rurais livres e escravizados.

A origem da expressão se refere a pessoas de origem humilde que, normalmente, andavam descalças. Para que elas ingressassem em ambientes como igrejas, por exemplo, era necessário antes “raspar os pés”, ou seja, retirar o excesso de barro, acumulado após transitarem descalças pelas ruas enlameadas. Para isso, eram usados artefatos de ferro que ficavam fixos no piso, próximo à porta

das construções. Aos ricos, que andavam a cavalo, em carroças, cadeirinhas e redes carregadas por escravizados, esta obrigação era dispensada, ou seja, só era “pé-rapado” quem era pobre.

O termo, na verdade, é bem mais antigo que a Guerra dos Mascates. Seu registro mais antigo data de meados do século XVII, quando o poeta Gregório de Matos dedicou versos a uma mulher que lhe pediu um cruzado para consertar os sapatos:

Se tens o cruzado, Anica,
Manda tirar os sapatos,
E senão lembra-te o tempo
Que andaste de pé rapado⁹

No contexto de extrema rivalidade entre os grupos que, mais tarde, estariam, declaradamente, em guerra, temos o uso da expressão “pés-rapados” como insulto aos olindenses. Tal ofensa, servia como resposta à discriminação sofrida pelos comerciantes do Recife, que sempre foram tratados com desdém por não possuírem origens fidalgas. O próprio termo “mascate”, inclusive, era usado pejorativamente para designar os recifenses, pois o significado da palavra se refere

9 MATOS, 1992.

a vendedores ambulantes de quinquilharias, objetos sem valor. Além disso, a palavra “mascate” tem sua origem no nome de uma cidade árabe, ou seja, está ligada a cultura considerada inferior pelos cristãos da época. Referir-se aos recifenses como mascates, portanto, era uma forma de rebaixar sua atividade econômica e sua cultura.

Revoltados com a dependência de Olinda, os comerciantes requereram, junto a Portugal, a elevação do seu território à categoria de vila. Com isso, Recife teria autonomia política, administrativa e econômica como consequência da separação de seus territórios.

Havia uma grande expectativa quanto a uma posição favorável de Portugal, já que o Recife já era mais urbanizado, povoado e rico se comparado a Olinda, algo que até para Portugal era uma realidade.

Agravando o clima de tensão, ocorre a chegada de Sebastião de Castro e Caldas a Pernambuco para assumir o posto de governador da capitania. Sua gestão durou três anos, de 1707 a 1710, e ficou famosa por uma sucessão de atitudes equivocadas que só serviram de combustível para o conflito que estava prestes a acontecer. Castro e Caldas desrespeitou os limites dos poderes a ele concedidos quando interferiu nos assuntos da

Igreja, atuando diretamente na escolha do Abade do Mosteiro de São Bento, em Olinda. No âmbito jurídico, as intromissões ultrapassaram a jurisdição do Ouvidor da Capitania, José Inácio de Arouche, que por sua vez era ligado à Câmara de Olinda. Portanto, em pouco tempo surgiram incômodos que, rapidamente, evoluíram para acusações e o desejo de vê-lo pelas costas. Como registra um historiador:

Durante o seu governo, ele colecionará, fato inédito, nada menos do que sete ou oito repreensões oficiais por demorar-se desnecessariamente no Recife, interferir na disputa dos beneditinos, desobedecer ordens do governador-geral, dilatar prazos de pagamento de devedores da fazenda real, intrometer-se na administração da justiça, obrigar a Câmara de Olinda a deslocar-se para o Recife ou intervir na eleição da Santa Casa de Misericórdia.¹⁰

O desgaste da relação entre o governador e os senhores de engenho de Olinda ficou insustentável quando Castro e Caldas, nitidamente, passou a favorecer os interesses dos recifenses. Temos, então, um governador cercado de ini-

10 MELLO, 2003, p. 242.

migos entre os olindenses e, por isso, incapaz de conduzir qualquer negociação para evitar um conflito. Faltava apenas a resposta de Portugal, que não tardou a chegar.

Após muitas querelas, em 1709, a Coroa portuguesa despachou uma ordem para se elevar o burgo portuário à condição de Vila.¹¹ Ou seja, o Recife, antes tratado como uma espécie de distrito, estava, finalmente, separado de Olinda. O documento que oficializava a separação só chegou a Pernambuco em 1710, quando a revolta tomou conta dos olindenses, que pressionaram o governador a não acatar as ordens vindas de Portugal. Sebastião de Castro e Caldas, entretanto, não cedeu e determinou a adoção imediata das seguintes providências: erguer e inaugurar o pelourinho e convocar os cidadãos locais para eleger os primeiros vereadores.¹² Os pelourinhos eram erguidos em madeira ou pedra para exibir o cumprimento de sentenças de castigos físicos. Esse tipo de construção simbolizava a administração e, por isso, marcou a elevação do Recife à categoria de vila.

Em 15 de fevereiro de 1710, o Recife amanheceu com ares festivos. Os moradores saíram às ruas, bem trajados, para celebrar o momento

¹¹ MELLO, 2003, p. 244.

¹² VAINFAS, 2001.

há muito esperado. O maior fluxo de pessoas se concentrava no Largo da Cadeia, local em que existia a Igreja do Corpo Santo, infelizmente demolida para a construção da avenida Marquês de Olinda. A concentração no local tinha uma razão de ser, pois lá foi erguido o pelourinho que, até o momento da inauguração, permaneceu coberto por um longo tecido, aguçando a curiosidade popular.

Uma procissão seguiu pelas ruas em direção à praça da cadeia e, à frente, foi posto um andor com a imagem de Santo Antônio, padroeiro da futura vila. Irmandades religiosas seguiam o andor, e o Santíssimo Sacramento foi conduzido pelo vigário local. Autoridades civis, militares e demais moradores completaram o cortejo, que finalizou diante do altar montado na praça, onde uma Missa campal em ação de graças foi celebrada.¹³

A inauguração do pelourinho, que se seguiu à cerimônia religiosa, foi acompanhada com grande orgulho pelos recifenses, que enxergavam naquele momento o fim da dominação dos “nobres” olindenses. Contudo, para efeitos práticos, a administração autônoma só iniciou com a primeira legislatura municipal, tendo como presidente José Ignácio de Arouche.

13 ALENCAR, 1873.

Importante mencionarmos o fato de que a cerimônia descrita acima apresenta uma nítida mistura da religião com o Estado. Isso ocorre em função do padroado, ou seja, do direito concedido pelos Papas aos reis de Portugal para administrar os assuntos religiosos nas colônias. Sendo assim, havia uma união entre Estado e Igreja, ou seja, tudo que era decidido pelo Estado devia ser cumprido, também, em obediência a Deus, ou melhor, à Igreja. A continuidade do padroado no Brasil foi garantida mesmo depois da nossa independência, com a Constituição de 1824. Isso inclusive, nos ajuda a entender como nossa diversidade religiosa foi ignorada, marginalizada e perseguida, institucionalmente, durante tanto tempo. Mesmo com o fim do padroado, o ranço das perseguições religiosas nunca foi totalmente superado e, inclusive, precisa continuar sendo combatido.

Em paralelo às solenidades que marcaram a elevação do Recife a vila, os olindenses organizavam forças para pôr fim ao projeto separatista. Em Vitória de Santo Antão, sob a liderança do Capitão-mor Pedro Ribeiro da Silva, foram formados batalhões que se juntaram a outros grupos formados em São Lourenço da Mata e Olinda, comandados, respectivamente, por Bernardo

Vieira de Melo e Leonardo Bezerra Cavalcanti. O objetivo era tomar o poder para evitar a consolidação do Recife enquanto vila, e o pretexto encontrado para iniciar a mobilização foi a definição das fronteiras entre as duas cidades.

Apesar de mal armados e sem experiência em combate, visto que em sua maioria eram trabalhadores rurais, o contingente invadiu o Recife e destruiu o pelourinho recém-inaugurado. Seguiram então para o prédio da Câmara Municipal, que rapidamente foi tomada de assalto. Sem defesas, os vereadores sofreram espancamentos, tiveram suas vestes rasgadas e distintivos apreendidos. Além disso, foram feitos prisioneiros, e a sede da câmara de vereadores teve a sua primeira legislatura interrompida. O foral régio que oficializava a criação da vila do Recife foi destruído, além de atas e outros documentos. Pela força, portanto, Olinda impôs a paralisação temporária da elevação do Recife a vila, mas esse ato de insubordinação às ordens de Portugal não ficaria impune.

Um atentado, malsucedido, contra Castro e Caldas provocou a sua fuga em direção à Bahia. Já os habitantes, pegos de surpresa pela ofensiva olindense, ainda tentaram esboçar reação, mas, no momento, era impossível reagir. O território

do Recife foi sitiado, isto é, cercado e ocupado por milícias rurais organizadas por Olinda; estava deflagrado o conflito.

Esse período de clara insubordinação ao poder da Coroa Portuguesa marcou também uma discussão quanto ao comando da capitania, tendo em vista que Sebastião de Castro e Caldas fugiu da capitania depois de ferido no atentado que quase tirou sua vida. A decisão acerca de quem assumiria o cargo e como a Capitania de Pernambuco seria governada provocou um dos mais interessantes momentos da Guerra dos Mascates, o primeiro “grito” de república das Américas.

Em novembro de 1710 a Guerra dos Mascates estava em uma fase crucial. Os senhores de engenho de Olinda sabiam que poderiam pagar muito caro pelo ato de desobediência às ordens de Portugal que determinaram a elevação do Recife a vila. Temendo uma reação esmagadora, os olindenses passaram a debater como, daí por diante, seria conduzido o governo da capitania e sua relação com Portugal.

Não havia consenso sobre o que seria feito, mas uma esperança quanto à desistência da determinação de transformar o Recife em vila, independente de Olinda, pairava no ar. Se isso

ocorresse, a dominação aristocrática de Olinda sobre o Recife seria mantida, resolvendo a situação favoravelmente para os olindenses. Contudo, uma das principais lideranças dos insurgentes, o militar Bernardo Vieira de Melo, não acreditava na possibilidade de Portugal retroceder em suas ordens e, por isso, defendia a via da radicalização. Assim, propôs, em 10 de novembro de 1710, a criação de uma república independente de Portugal na região. O ato ocorreu no prédio do Senado da Câmara de Olinda e hoje é conhecido como o primeiro grito de república das Américas, data em que, inclusive, Olinda instituiu um feriado municipal.

Bernardo Vieira de Melo nasceu nas terras de sua família, nas proximidades da freguesia da Muribeca, em 1658. Além de militar, foi senhor de engenho – o que justifica sua posição ao lado dos olindenses –, capitão-mor em Igarassu e um dos principais nomes políticos no Senado da Câmara de Olinda. Apesar da sua experiência em combate e prestígio entre os senhores de engenho da capitania, sua ideia não prosperou e o governo provisório foi entregue ao bispo local, Dom Manuel Álvares da Costa.

É justo mencionar que a proposta de criar uma república independente de Portugal em Pernam-

buco foi, para além dos interesses envolvidos, um ato de extremo avanço para o período. Em 1710, o Brasil, sabidamente, ainda era uma colônia de exploração de Portugal, e só se tornaria independente em 1822, mantendo-se, porém, como uma monarquia. A república só foi implantada no Brasil em 1889, ou seja, 179 anos depois do gesto de Bernardo Vieira de Melo, o que nos dá a real dimensão do quão avançada foi sua proposta.

Independente de cronologias e de ter prosperado ou não, temos, apenas para que possamos entender o peso do que isso significa, do ponto de vista da história política do Brasil e do mundo, o “grito” de república de Olinda antecedendo a Independência dos Estados Unidos, a Revolução Francesa e a Inconfidência Mineira, por exemplo. O feito, inclusive, foi incorporado em um dos versos do hino de Pernambuco:

A República é filha de Olinda
Alva estrela que fulge e não finda
De esplendor com seus raios de luz
Liberdade um teu filho proclama!
Dos escravos o peito inflama
Ante o Sol dessa terra da cruz¹⁴.

Mesmo com todo o peso que, inegavelmente, possui para a história local e nacional, a ideia de

república defendida por Vieira de Melo aparece timidamente nos livros de história. Isso só reforça a importância e necessidade de estudarmos mais sobre fatos históricos que foram ofuscados, intencionalmente ou não, mas que merecem toda nossa atenção.

Entretanto, não devemos romantizar a ideia de república defendida por Vieira de Melo, seu propósito, na verdade, era libertar o território em conflito do domínio de Portugal para manter a dominação sobre o povo e, principalmente, sobre os recifenses e suas lucrativas atividades comerciais. Ou seja, tudo se resumia à defesa dos interesses da aristocracia olindense, que estava disposta a tudo para retomar o poder.

Passados alguns meses, já em 1711, os mascates organizaram uma contraofensiva que resultou na reconquista de algumas posições estratégicas do Recife, que todavia seguia sitiado pelos olindenses. Combates descentralizados se seguiram, principalmente no litoral sul da capitania, mas o término do conflito só ocorreu quando Portugal nomeou um novo governador para Pernambuco, Félix José Machado.

Sua chegada foi cercada por muita expectativa, pois os olindenses acreditavam na possibilidade

de um desfecho favorável às suas reivindicações. Contudo, mesmo se mostrando inicialmente imparcial, logo impôs a investigação dos envolvidos com o intuito de puni-los exemplarmente. Além disso, também fez cumprir a ordem de elevar o Recife à condição de vila, marcando a derrota definitiva dos olindenses.

Derrotada a insubordinação olindense, Bernardo Vieira de Melo foi preso e condenado pelos crimes de lesa-majestade e inconfidência, isto é, traição contra o rei e conspiração. Seu destino inicial, juntamente com seu filho, André Vieira de Melo, foi o Forte de São João Batista do Brum, localizado no porto do Recife, de onde foram, posteriormente, remetidos à cadeia do Limoeiro, em Lisboa, local onde faleceu em 1714, provavelmente intoxicado pela fumaça de um lampião.

A estratégia de Félix José Machado, após finalizado o conflito, foi a conciliação entre as partes. Havia muito ranço alimentado por longo período de rivalidades que culminaram no conflito, e isso precisava ser vencido para o bem da retomada do crescimento econômico local. Dentro desta linha de ação, muitos dos insurgentes de Olinda foram anistiados, isto é, perdoados pelos crimes cometidos contra a coroa portuguesa, e

tiveram suas dívidas esquecidas. Tais medidas, pouco a pouco, arrefeceram o ambiente de rivalidades que décadas depois estava, aparentemente, superado. Portanto, a “cidade Duartina” seguiu sendo ofuscada pelo desenvolvimento do Recife,¹⁵ sobretudo por causa da continuidade da crise do açúcar, que diminuiu o poder e prestígio da elite rural que representava Olinda.

Mais de um século após a guerra, a carta Imperial, datada de 5 de dezembro de 1823, elevou a então vila à categoria de cidade. Poucos anos depois, uma resolução do Conselho Geral da Província, de fevereiro de 1827, ainda durante o primeiro reinado, tornou Recife, finalmente, a capital da então Província de Pernambuco.

15 MELLO, 2003.

7 - GUERRA DOS MASCATES, ONTEM E HOJE

Conhecer a história política do Brasil não é uma tarefa fácil, sobretudo quando constatamos que a educação está longe de ser prioridade neste país. Contudo, o processo de imersão em levantes como a Guerra dos Mascates nos ajuda ampliar os horizontes e descobrir, nas raízes históricas do nosso povo, explicações para muitas mazelas que ainda insistem em assolar nossa população. Todavia, esse mergulho no passado nos ajuda também a descobrir, nas nossas raízes, exemplos de resistência que, mesmo nos dias atuais, podem ser fontes de inspiração para nossas ações como agentes políticos. Assim, aprender sobre a Guerra dos Mascates e suas complexas relações é, sem dúvida uma experiência fundamental para todo cidadão.

O riquíssimo contexto que nos arriscamos a expor, abordando os momentos antes, durante e depois do conflito, fornece informações importantes, principalmente porque enxergamos, através delas, algumas realidades que persistem até hoje. A discriminação com os mais pobres, o preconceito racial e religioso, o uso da religião

para fins políticos e a exploração do trabalho são alguns dos elementos que podemos destacar, fazendo este exercício de retomada do texto.

A concentração de terras nas mãos de pequenos grupos salta aos olhos durante toda a nossa jornada. Isso, inegavelmente, se mostra como um padrão que se repete desde os tempos da Idade Média¹⁶ e, de certa forma, se reproduz na antiga colônia brasileira no que conhecemos por engenhos de açúcar. Esse modelo feudal de sociedade segue existindo no Brasil durante toda a colônia, primeiro e segundo reinado, e ingressa na república com os chamados coronéis. Os resquícios desta concentração de terras nas mãos de pequenos grupos, infelizmente, ainda existem até hoje e são a chave para muitos dos nossos problemas nas inúmeras áreas rurais de todo país.

Foi por se sentirem ameaçados de perder o domínio territorial, econômico e político que os olindenses tentaram todos os recursos disponíveis para impedir o desenvolvimento do Recife. Todavia, não contavam com um acontecimento histórico que particularmente mudou a realidade local, a ocupação da Capitania de Pernambuco

16 Chamamos de Idade Média o período compreendido entre os séculos V e XV. Neste período, existiram por toda Europa, grandes propriedades rurais, os “Feudos”, que eram controladas por um pequeno grupo de nobres, senhores feudais.

pelos holandeses. Foi nesse período, notadamente no Governo Nassau, que a “açucarocracia” de Olinda começou a perder espaço e desesperada por manter o status quo ou, em bom português, manter as coisas no estado em que estavam, conduziu a situação em direção a rivalidades e à guerra.

É bem verdade que a ocupação dos holandeses acelerou o processo de desenvolvimento do porto do Recife e seu entorno, principalmente a cidade de Maurícia. Porém, por excesso de zelo, julgamos ser importante repetir que a afirmação de que Pernambuco e o Brasil seriam muito mais desenvolvidos se a ocupação dos Países Baixos continuasse cai por terra justamente quando constatamos que, após o governo Nassau, o modelo de colonização implantado pela Companhia das Índias Ocidentais foi tão predatório quanto o exercido por Portugal.

A luta pela reconquista de Pernambuco para os portugueses também deve ser posta à parte dos romantismos corriqueiros que transformaram seus líderes em heróis. Esses “heróis”, na verdade, lutaram contra o domínio holandês porque este já não era mais capaz de atender os seus interesses. Além disso, muito sangue inocente de escravizados e indígenas foram derramados nesse conflito.

Essa mesma elite proprietária de engenhos, escravocrata, patriarcal e acostumada a ostentar riquezas seguiu no poder, após a expulsão dos holandeses, ainda mais convicta que eram os legítimos donos da terra. Voltaram, portanto, a “imprimir” seus modelos sociais e econômicos em Pernambuco, mas já não podiam deter a “marcha” dos acontecimentos.

Uma nova classe social já estava estruturada no porto do Recife e, sabendo do domínio econômico que detinha, não estava disposta a aceitar de bom grado as imposições de Olinda. É nesse momento que se instala a rivalidade que desencadeará uma guerra, pois separa, de um lado, uma elite rural decadente e desejosa por recuperar o domínio local, e, do outro, uma “recém-nascida” burguesia, que já não aceitava mais ser explorada tão somente por não pertencer ao grupo dos bem-nascidos.

A soberba dos olindenses atingiu níveis tão altos que os fizeram acreditar que podiam fazer retroceder a ordem de Portugal em favor dos recifenses e pegaram em armas tentando impor suas vontades. Desta insubordinação temos, inclusive, a proposta de criar uma república independente de Portugal, e aqui vale outra ressalva: a ideia de Bernardo Vieira de Melo, apesar de

extremamente importante para a nossa história, precisa levar em consideração que o modelo de república pretendido era do tipo aristocrático, ou seja, não se cogitou participação popular, fim da escravidão e liberdades individuais, ao contrário, nesse contexto a república seria um instrumento para a manutenção do poder nas mãos dos mesmos grupos.

Quando comparamos a situação de Olinda e Recife na primeira década do século XVIII, nos deparamos com um cenário de decadência em contraste com um pleno crescimento, inclusive demográfico. Isso nos ajuda a entender o posicionamento de Portugal em favor dos recifenses que, sendo mais ricos, garantiam arrecadações superiores para a coroa. Isso nos faz lembrar da lógica das monarquias absolutistas que protegiam e incentivavam o crescimento da burguesia para sobreviver da arrecadação de impostos. Ou seja, o modelo econômico olindense estava cada vez mais obsoleto e incapaz de alimentar a “fome” voraz do absolutismo português.

Os comerciantes recifenses, em detrimento dos senhores de engenho de Olinda, assumiram definitivamente o controle político e econômico local, mas é um engano pensar que esta nova classe, dedicada a atividades comerciais,

estava interessada em diminuir as desigualdades, libertar os escravizados e outras pautas avançadas. Na verdade, o único interesse era o de acumular lucros com tudo o que pudesse ser comercializado, inclusive seres humanos trazidos forçadamente da África.

Diferente da alta burguesia que dominou a capitania, hoje, no atual Estado de Pernambuco, temos o surgimento de médios e pequenos comerciantes que também são “frutos” da Guerra dos Mascates. Essas pessoas, quase todas pobres, de origens mestiças ou descendentes de ex-cativos aproveitaram a vocação histórica local para o comércio e começaram a mascatear de porta em porta ou em pequenas e improvisadas instalações que, quase sempre, se resumem a uma mesa e um banquinho desmontáveis com pequenos expositores de mercadorias. Graças a essa atividade, transmitida por gerações, temos o diversificado comércio do Recife, que se espalhou da zona portuária para quase todo o centro da cidade. São milhares de trabalhadoras e trabalhadores informais que, em sua maioria, não são tratados dignamente pelo poder público e sofrem cada vez mais, com a desvalorização do comércio do centro da capital pernambucana. É dessas pessoas que precisamos cuidar...

REFERÊNCIAS

ALENCAR, José de. Guerra dos mascates: crônica dos tempos coloniais. vol. 01. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1871.

BOXER, Charles R. Os holandeses no Brasil, 1624-1654. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CAVALCANTI, Carlos Bezerra. Os pioneirismos de Pernambuco: (a capitania que deu certo). 3 ed. Camaragibe, 2012.

HESPAÑA, António Manuel (coord.). História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807), vol. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

MATOS, Gregório de. Obra Poética, 3ª edição, Editora Record, Rio de Janeiro, 1992.

MELLO, Evaldo Cabral de. A fronda dos mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2003.

PRADO JR., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRADO JR., Caio. Evolução Política do Brasil: colônia e império. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RICUPERO, Rodrigo. A formação da elite colonial: Brasil 1530 – 1630. São Paulo: Alameda, 2009

ROCHA, Oscar Brandão da. Hino de Pernambuco. In: PESQUISA Escolar. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2022.

SCIADINI, Frei Patrício. O Carmelo: História e espiritualidade. São Roque: Edições Carmelitanas, 1993.

VAINFAS, Ronaldo (org.). Dicionário no Brasil colonial (1500-1808). Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. História Geral do Brazil antes da sua separação e independência de Portugal. 2. ed. t. 2. Rio de Janeiro: em casa de E. e H. Laemmert, 1877.



FUNDAÇÃO
LAURO CAMPOS e
MARIELLE FRANCO
PSol

